



FOTO 05: Vista central da avenida Monsenhor Eduardo, 2005. Em destaque a pista central destinada para ônibus. Foto tirada em 2005.

Nesta parte, está a Avenida Monsenhor Eduardo. Uma avenida com seis pistas, quatro para os carros e duas exclusivas para ônibus. Ao andar pelos diferentes lugares do bairro, interpretados nas fotografias, observei ritmos e maneiras de viver diferentes. Na avenida, um sentido de velocidade e funcionalidade direcionado para os veículos. A maioria dos prédios está destinada ao comércio e, além disso, não há lugar para as conversas de fim de tarde, não por falta de espaço físico, mas pelo significado que fora construído para esta via. O desenho deste lugar está em sintonia com outro viver urbano, introduzido pelos projetos vencedores na cidade.

Nas fotos, a materialização da proposta vencedora e, inspirando-nos na interpretação de Célia Rocha Calvo, a concepção daqueles que pensaram a cidade nos planos de uma racionalidade, voltada para atender às demandas de escoamento de mercadorias¹³⁵. Porém, ainda dialogando com a historiadora, este processo não termina nesta construção; os moradores subvertem o uso esperado das avenidas colocando seus interesses e seus olhares sobre a ordenação. Nesse sentido, interessa-me interpretar

¹³⁵ CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 50.

como diferentes sujeitos e grupos sociais falam da avenida, quer como imagem da modernização da cidade atribuída à sua extensão, velocidade, praticidade para os seus automóveis, quer como sentido de perspectivas frustradas, isolamento, insegurança, que encerram o modo como estes sujeitos refletem as mudanças no território onde marcaram suas experiências.

Nas narrativas, os moradores do Bom Jesus interpretam a construção dos projetos que desenharam a Monsenhor Eduardo:

Marli: A prefeitura fez mais de um projeto, então a gente optou por um que tinha mais, mais área verde, tinha lugá das pessoas andá, de fazê uma caminhada e tudo, aí de repente ele saiu Zaire Rezende¹³⁶ já mandaram as máquinas na Monsenhor Eduardo, fez aquele corredô de ônibus no meio né (...) o Virgílio¹³⁷ tinha a mania de falá que aqui ia sê uma via expressa...
Valci: Nós lutou pra num fazê essa via expressa¹³⁸

Para pensarmos como a cidade foi disputada, vamos recuperar este processo de tensões entre a perspectiva da via expressa que representava a cidade ordenada na lógica do mercado para o benefício de algumas empresas — simbolizada na fala da Dona Marli pela construção do corredor do ônibus — e a opção pela área verde, construída pelos moradores. Novamente, as disputas entre prefeitos da cidade são reportadas para retomar os sentidos que estavam postos em pauta neste tempo de várias intervenções que perseguem o objetivo de beneficiar os aliados econômicos, ora o comércio que precisa de um trânsito rápido, ora as empresas de transporte coletivo que são favorecidas com corredores exclusivos.

Estas mudanças enfrentadas no bairro Bom Jesus no início da década de 1980 compõem um enredo de transformações que estão entrecruzadas com as trajetórias destes moradores e são iniciadas nas décadas de 60 e 70. Nestes tempos trazidos nas memórias, elas aparecem como uma concepção de cidade que fora transformada. A tese de Célia Rocha Calvo trata deste processo histórico:

¹³⁶ Prefeito entre 1983-1988 eleito pelo PMDB II, sob a bandeira da Democracia Participativa.

¹³⁷ Prefeito da cidade em quatro mandatos 1969-1972; 1977-1982; 1989-1992; 1997-2000. Político ligado à Ditadura Militar nos seus primeiros mandatos Arena e PDS e depois ao filiado ao PPB.

¹³⁸ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

[...] áreas incorporadas, nos anos setenta, como zonas urbanas, que passaram a receber um grande investimento dos grupos que enriqueceram com os programas da política habitacional. Essas medidas faziam parte do projeto de modernização da cidade, por meio da organização do distrito industrial nas novas áreas que também foram valorizadas, por situarem-se às margens dos traçados das rodovias federais, principalmente a BR-050.¹³⁹

Nesse processo de reordenação interpretado pela historiadora nas memórias dos trabalhadores da cidade, estão também as experiências dos moradores do bairro Bom Jesus. No diálogo com a tese de Calvo e os sujeitos ouvidos, voltamos à cidade dos tempos da Mogiana com o propósito de recuperar valores e modos de viver que foram reordenados a partir das reformas.

Ao discutir mudanças provocadas pela intervenção da prefeitura nos territórios centrais, marcada simbolicamente pela derrubada da estação da Mogiana no final da década de 1960, Calvo mostra que uma forma de viver na cidade estava sendo apagada e retrabalhada nesta ordenação proposta nas obras. Por outro lado, a tese mostra também que os moradores não ficaram à margem deste processo, mas foram se apropriando dos espaços a partir de suas práticas e possibilidades sociais. Nesse sentido, incorporamos procedimentos para pensar a reconstrução da Avenida Monsenhor Eduardo como materialização de uma perspectiva de cidade que estava desordenando modos de viver.

Entre os lugares reorganizados a partir da execução destes projetos está a Avenida Monsenhor Eduardo. O argumento era o mesmo para as já reformadas avenidas João Naves de Ávila, Afonso Pena, Floriano Peixoto, João Pinheiro: modernizar a cidade metrópole e atrair investimentos. Assim coloca, de forma muito clara, Sérgio Paulo Morais, ao falar destas transformações na vida de trabalhadores com carroças: os bens públicos foram utilizados nesses anos para o acúmulo de capitais e

¹³⁹ CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 200.

para o aumento da lucratividade de uma parcela da população¹⁴⁰. Ainda na tese de Célia Rocha Calvo, encontramos uma narrativa que trata dessas transformações:

E aqui tinha... ali é aquela Av. João Naves d'Ávila era espécie de um túnel, tem a Mogiana, a Mogiana vinha com os passageiros cortava esse perímetro aqui todinho, pegava hoje chama assim Avenida Monsenhor Eduardo: essa avenida Monsenhor Eduardo era linha férrea que vinha lá de, de Ribeirão Preto, aqui, de... de... quando chegando aqui no Uberlândia já era aqui na Monsenhor, já era na João Naves d'Ávila [...]¹⁴¹

As avenidas João Naves de Ávila e Monsenhor Eduardo cumprem a função dos antigos trilhos que dão suporte à memória deste morador. É possível observar nestas narrativas trazidas pela historiadora, e no diálogo que construímos com os moradores do bairro Bom Jesus, que as reformas promovidas neste tempo da mogiana funcionaram como divisor dos tempos¹⁴² e marcam, nas muitas memórias, o processo de imposição de uma outra lógica para a cidade, a lógica da velocidade simbolizada nos seus enredos pela via expressa:

Marli: os viaduto foi porque o Virgílio queria a via expressa, aí o Renato entrou, construiu o Fórum, aí já bloqueou a tal de via expressa.
Valci: essa via expressa a mentalidade dele era de liga o Industrial, direto o Industrial atravessando por aqui...
Valci: Não e saí lá na, na acompanhado os trilho de ferro.
Marli: é na João Naves.
Valci: ela dava acesso à saída de Uberaba, ele ia liga tudo, a extensão de Uberlândia inteiro nessa via expressa.¹⁴³

O senhor Valci e a dona Marli participaram das reuniões na associação de moradores do bairro e falaram sobre essas intervenções nos vários territórios da cidade,

¹⁴⁰ MORAIS, Sérgio Paulo. Tempo, trajetórias de vida e trabalho de carroceiros na cidade (Uberlândia 1970–1988). In: FENELON, Déa Ribeiro, et al (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olhos d'água, 2004. p. 227.

¹⁴¹ Cf. CALVO, 2001, p. 203. Entrevistado: Vitório Pimenta. Entrevista realizada por Célia Rocha Calvo, acervo da pesquisa, CRC/2001.

¹⁴² Ibidem. p. 204.

¹⁴³ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

ao contarem como vivenciaram essa mudança no seu cotidiano. Podemos, a partir dos seus relatos, problematizar a construção cartográfica deste lugar e trazer as outras histórias desse tempo de embates com empresários e engenheiros ligados à concepção de cidade das vias expressas. Para outros moradores que viveram nesta região até este tempo, as práticas de modernização foram experimentadas como expulsão do lugar onde moravam para outros espaços¹⁴⁴, como foi colocado no primeiro capítulo.

Até meados dos anos 1980, esta avenida era cortada pelos trilhos da Mogiana (neste tempo, já administrada pela Ferrovia Paulista S/A). Ela fazia parte de um circuito que ligava o recém-criado Distrito Industrial às distribuidoras de refinados de petróleo (Petrobrás e Texaco, no bairro Marta Helena; Atlantic, Shell e Ipiranga, no bairro Bom Jesus) e a algumas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas (Moinho de Trigo Sete Irmãos e indústrias de sal).

Também para o senhor Valci e a dona Marli, as avenidas que alimentavam a estação têm relevância para articular a materialidade da cidade com os seus modos de viver:

Marli: ah e o tanto de dinheiro enterrado ali naqueles viaduto, agora tem uns que tá usando, mas tem coisa parada lá ainda, num tem, disse que era pra fazê uma via de um jeito era pra i volta...

Valci: Mas isso aí é briga de político com político, porque um faiz e o outro num qué...

Marli: o outro desmancha.

Valci: Um feiz o outro foi lá e mandou enterra, um mundo de terra que gastou, ele ganhou de novo mandou abri um pouco, político é sempre desse jeito e o bairro fica prejudicado, o bairro sempre fica prejudicado com isso.

Marli: o povo é que sai perdendo, o bairro não o povo né.

Valci: Povo!

Marli: Igual à João Naves

Valci: Quando eu falo bairro é o povo...

Marli: Aquele monte de cimento impatado lá né.

Valci: do Virgílio também, aquela obra ficou perdida, ali foi muito dinheiro jogado fora naquela obra, quer dizer isso aí tudo a gente observa, mas num pode faze nada.¹⁴⁵

¹⁴⁴ No final da década de 1970, foram construídos alguns conjuntos habitacionais (Luizote de Freitas, Santa Luzia, Segismundo Pereira), com recursos do Banco Nacional de Habitação, que acabaram por ser o destino de muitos trabalhadores que moravam nestas regiões reformadas e valorizadas pelo mercado imobiliário, portanto com aluguéis fora do padrão destes sujeitos. Cf. CALVO, 2001.

¹⁴⁵ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

Neste trecho de suas falas, estão tempos diferentes que marcam o processo de construção destes valores sobre o lugar onde moravam. As reformas pensadas para ligar a BR-050 ao Distrito Industrial, cortando a cidade através da Avenida João Naves de Ávila, são lembradas a partir das disputas entre os prefeitos da cidade. Colocar a via expressa no centro destas disputas significa dizer que não eram projetos deles, que não foram ouvidos e que ali não estão colocadas suas concepções.

Estes moradores, em seu fazer-se cotidiano, tensionam a lógica das vias quando colocam o bairro e os moradores nas suas histórias. O povo está em outra posição, diferente da posição daqueles que fazem os viadutos, em uma luta desigual com esse poder, por isso não podem fazer nada; porém não estão fora da disputa pela cidade, porque vivenciaram, avaliaram e agora ressignificam. Quando tratam parte destas obras como dinheiro enterrado ou cimento impatado, questionam essa funcionalidade das obras, porque elas não se justificam no modo como eles vivem a cidade.

Ainda neste trecho, vemos como estes sujeitos reconstroem as concepções de cidade e dos grupos que estavam se beneficiando nestas obras. Por outro lado, percebemos como eles colocam as suas visões retomando o seu cotidiano em dissonância com o que fora construído. Assim, eles não só recuperam as ações desses políticos, como também se colocam no debate, dizendo que, para o povo, nenhum dos projetos interessava.

O olhar do planejamento urbano marcado nas narrativas, proposto pelos engenheiros da Prefeitura de Uberlândia, estava direcionado para a utilização da cidade por aqueles que necessitam transitar de forma rápida nos seus vários lugares. É evidente que esta funcionalidade não é neutra, porque é arquitetada nas vantagens que estes grupos poderiam obter com sua materialidade. Para os moradores do bairro ouvidos na pesquisa, essas avenidas e todo o processo de construção possuem outras referências, ligadas a um processo de disputas vivenciado nestes dez anos sobre os seus significados para a vida no bairro. Nas memórias recompostas, estas mudanças levam ao “tempo dos trilhos” ou, para outros, ao “tempo de reuniões” e de “participação política”¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Termo utilizado pelo senhor Valci da Silva Oliveira ao falar sobre as reuniões da associação de moradores em meados da década de 1980.

Estes tempos marcam transformações na forma de viver na cidade. Para alguns, ressignificados, como a perda da tranquilidade, da segurança; para outros, configuram derrotas de uma forma de organização de moradores sobre pautas específicas de reivindicação. Estas diferentes memórias avaliam como a cidade foi disputada nesse momento e quais projetos foram enterrados pelas máquinas da prefeitura.

Para avançarmos no diálogo com estes projetos, coloco aqui algumas questões que me parecem muito significativas para pensarmos o que estava em disputa nestes anos 1980 e de que forma as relações sociais constituídas na cidade a partir da implementação de alguns projetos podem ser pensadas:

Será que nós queremos para o ano 2000 uma Uberlândia com dois milhões de habitantes? Será que preferimos a automação à humanização? Será que quem decide isto é o povo ou é a vontade do prefeito? Não será por culpa desses tecnocratas que o nosso país se encontra nessa catástrofe? Será que não sabemos o que queremos ou o que precisamos?¹⁴⁷

Estas perguntas estavam sendo feitas por um grupo de moradores do Bairro Bom Jesus, no momento em que visualizavam os caminhos que estavam sendo dados à reurbanização da Avenida Monsenhor Eduardo. Reurbanizar tem sentidos diferentes entre o que concebia a prefeitura e os moradores que registraram estes questionamentos.

Talvez, elas não estivessem sendo feitas por todos os moradores. Alguns termos poderiam não ser de conhecimento da sua maioria, os tecnocratas poderiam representar vários sujeitos externos aos moradores daquele lugar, que representariam os executores do projeto vencedor — como na fala do senhor Pedro Alves, que nomeia o prefeito Paulo Ferola —, mas são perguntas significativas para o nosso objetivo, para recuperar concepções, olhares alternativos sobre a cidade e lembrar que

¹⁴⁷ ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS. Carta aberta das associações de moradores dos bairros Santa Rosa, Esperança, Marta Helena, Bom Jesus e Industrial. Uberlândia, 06 de junho de 1989, Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia.

cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é melhor, nem, por outra parte, que os outros estejam totalmente descartados¹⁴⁸.

Nestes projetos existem valores que, se foram derrotados no passado, continuam, ressignificados, a incomodar o hegemônico.

Quando os moradores trazem este conjunto de reformas promovidas em lugares diferentes da cidade, o fazem para nortear os sentidos construídos em torno da materialização destes projetos no lugar onde vivem. No momento em que recordam os lugares reconstruídos, elaboram e nomeiam estas ações como obras de outros sujeitos — obras construídas pelos prefeitos para beneficiar industriários e comerciantes.

O que fica perceptível nestes questionamentos levantados a partir das narrativas é o embate em torno de concepções de lugar e de cidade, retomadas por estes moradores no momento em que constroem um meio alternativo de pensar o bairro. Estes projetos estiveram em um front de batalha aberto na década de 80, um tempo lembrado por muitos moradores como o dos trilhos, da convivência e da luta por sua retirada, e por outros como o tempo em que as pessoas sabiam que tinha todos os direitos¹⁴⁹.

Uma frase muito forte, porque nos leva a pensar em como esta noção de ter direitos deixou de fazer parte da fala destes sujeitos ou da conversa cotidiana e se viu derrotada neste processo. Para entendermos o sentido desta afirmação de dona Maria Aparecida, precisamos recompor as tensões vividas neste momento de retirada dos trilhos, mas pensando este momento dentro de um processo histórico de disputas pela cidade que se quer para viver desde os anos 60.

Estas memórias me levaram a refletir sobre a constituição desse território nestas temporalidades, entendendo estas intervenções na cidade como produto de embates e elaboração de outras estratégias necessárias por parte dos moradores na luta pelo pertencimento à cidade. Este tempo é inscrito nas muitas memórias por uma grande

¹⁴⁸ FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru/SP: EDUSC, 1998, p. 275.

¹⁴⁹ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

batalha na reconstrução da avenida Monsenhor Eduardo, porém com dois momentos diferentes: um deles é o tempo dos trilhos, quando lutaram para que estes fossem desativados e retirados; o outro é o momento em que disputaram como seria reformado o lugar. Dona Maria Aparecida Rosa se lembra desse momento:

Foi assim que, que o dr. Zaire entrou, ele gosta de administrar com a participação do povo, né? Antes dele ganhar, ele era candidato e ele já fazia reunião, ele fez reunião aqui na minha casa três vezes, porque a gente fazia a campanha dele, foi assim de casa em casa, foi onde que ele ganhou, ele já tinha candidatado uma vez e perdeu, depois ele candidatou, ganhou e então o trabalho dele era feito de casa em casa e prometeu retirar os trilhos, foi uma das promessas dele, que ia retirar os trilhos daqui, que ia retirar os depósitos. Aí depois quando ele foi e ganhou e entrou na prefeitura e nós começamos o movimento, aí já tinha fundado a associação de moradores, era na casa da Wilma, nós reunia na casa dela.¹⁵⁰

Nas lembranças de dona Maria Aparecida, está descrito esse primeiro momento em que se inicia a discussão sobre a retirada dos trilhos. As disputas eleitorais do ano de 1982¹⁵¹ funcionam como marco da memória desta moradora para construir o sentido das disputas. Esse marco é importante na narrativa de dona Maria Aparecida não apenas pela figura do prefeito, mas sobretudo pelas estratégias construídas a partir das brechas abertas na cena política para construírem seus projetos para o lugar. Esta eleição marca a memória de outros moradores que trazem este tempo como momento de avaliações:

Valci: Você sabe porque que o povo votou mais no Zaire Rezende da primeira vez? Vou te contar porque, ele num era nem conhecido em Uberlândia, ele nem daqui num é...

Marli: Não, ele é daqui...

Valci: Ele é daqui mais num morava aqui! Mas você sabe o que é que é? É a luta do povo nessa pra tentá mudá algumas coisa, com aqueles antigo

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Nestas eleições disputaram Alceu Santos, pelo Partido Democrático Social (PDS), ligado ao prefeito Virgílio Galassi; Renato de Freitas, pelo PMDB I, estes dois candidatos ligados ao grupo político da antiga ARENA, e Zaire Rezende pelo PMDB II. Este último trabalhara na perspectiva da Democracia Participativa que tentava capitalizar as pressões vindas do meio social, de trabalhadores que se reorganizavam e criavam novas estratégias para pressionar os grupos hegemônicos que estavam no poder.

Renato¹⁵², Virgílio [...] Foi uma maneira do pessoal manifestá contra né, votou num homem que não era conhecido em Uberlândia.¹⁵³

O senhor Valci trabalha a noção de ser de Uberlândia na imagem do prefeito Zaire Rezende para dar sentido às avaliações que vinham fazendo dos projetos postos em prática nas décadas anteriores, marcados na sua fala pela alternância entre Renato de Freitas e Virgílio Galassi.

As principais reivindicações que ficaram registradas de reuniões dos moradores do bairro Bom Jesus com o candidato Zaire Rezende não eram uma novidade trazida pela sua campanha e sim um acúmulo de discussões dos próprios moradores que resultaram em uma avaliação ampla da cidade e do lugar melhor para se viver. Retomar este tempo com ênfase na participação dos moradores na campanha reforça, através das narrativas, o significado deste tempo como um momento de os moradores virarem o jogo e pensarem outros rumos para a cidade. Membro da primeira comissão de moradores constituída para encaminhar ou cobrar estas reivindicações, dona Maria Aparecida marca sua fala por essa experiência, de reuniões no bairro, conversas com o então candidato a prefeito, atos públicos e reuniões na Prefeitura Municipal.

Na época, havia o interesse dos moradores e da prefeitura em retirar os trilhos, aliás, este interesse é mútuo desde a década de 1970, evidentemente que com concepções diferentes para o que seria construído em seu lugar. A prefeitura, desde o mandato de Virgílio Galassi (1977-1982), pretendia continuar o seu projeto para as avenidas e este lugar seria o próximo. O jornal Correio de Uberlândia, que em outros tempos construía sentidos para o bairro Bom Jesus ou a Vila das Tabocas, como lugar segregado ou fora do ideal de cidade que construía, volta a falar sobre ele, mas agora com outros referenciais que sintonizavam com os interesses deste prefeito:

Todos se recordam das declarações feitas ao correspondente do Estado de São Paulo, um dos maiores jornais do país, pelo vereador Eudécio Casasanta, contra figura do Governador Paulo Salim Maluf. Na oportunidade, a decisão

¹⁵² Prefeito por dois mandatos: 1966-1968; 1973-1976. Político ligado aos grandes proprietários de terra na cidade e filiado à Arena no seu segundo mandato.

¹⁵³ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

peçoal do edil, provocou sério descontentamento no Palácio dos Bandeirantes, tendo o Governador do maior Estado da União, demonstrado o seu aborrecimento ao pronunciamento do vereador Eudécio, que segundo comentários feitos nos bastidores, trouxe nocivos prejuízos ao município, que até hoje não conseguiu junto à FEPASA a doação do terminal ferroviário que impede a administração Galassi de transformar a av. Monsenhor Eduardo, em mais uma via expressa importante para o desenvolvimento da cidade.¹⁵⁴

É entendendo o jornal como produção social da memória, realizada dentro de determinados embates, que problematizamos esta construção. Ao usar termos como todos se recordam ou nocivos prejuízos ao município, o jornal não só diz a quem está falando — interessados pelas reformas urbanas — como também constrói uma linguagem que homogeneíza os fins pretendidos pelos seus diretores. Nesta construção, produz uma memória que, por não ser questionada, se torna história e silencia outras memórias. O diferente, a contradição, não aparece na notícia.

Outro dado interessante nos chama a atenção neste artigo do jornal Correio de Uberlândia: o claro interesse da administração Virgílio Galassi em transformar a avenida Monsenhor Eduardo em uma nova via expressa, o que não estava nos planos dos moradores. De lugar segregado, o jornal agora constrói uma imagem para o bairro como símbolo do desenvolvimento da cidade, que reafirmava o interesse dos grupos que queriam a cidade dentro da lógica da velocidade que beneficiaria os empresários da área de transporte coletivo, do distrito industrial, e os lojistas e comerciantes do centro da cidade.

Porém a materialização desta opção só começa a ocorrer a partir de 1990 com o seu novo mandato (1989-1992) e é finalizada pelo prefeito eleito em seguida, Paulo Ferola (1993-1996)¹⁵⁵. O que ocorre neste intervalo de vinte anos? Por que é necessária uma mobilização popular de grandes dimensões para retirar trilhos que o próprio poder público já tinha como planos para a cidade?

Existem dois caminhos para refletirmos. Um deles é a própria divisão da burguesia na condução deste projeto, porque parte desta utilizava os trilhos para

¹⁵⁴ Maluf agradece homenagem da Câmara Municipal. Jornal Correio de Uberlândia, 01 de fevereiro de 1980. (grifo do jornal).

¹⁵⁵ Esta eleição significou no plano político partidário da cidade uma reeleição do prefeito Virgílio Galassi-PPB, já que este fora secretário de administração neste mandato.

baratear o transporte de matérias-primas e o escoamento da sua produção. O outro é a resistência e a luta árdua dos moradores do lugar quanto ao projeto a ser implementado.

Havia naquele espaço cinco empresas, sendo três multinacionais da indústria do petróleo — Texaco, Atlantic e Shell — e outras da própria cidade – Moinho de Trigo Sete Irmãos e Sal Famoso¹⁵⁶. Construo, então, essa complexa teia de disputas sociais, retomando primeiro o tempo dos trilhos. Dona Maria Aparecida relembra esse tempo:

... Então foram os vários acidentes que acontecia com o trem. Mas o pior de tudo era os depósitos, a gente tinha mais medo era dos depósitos [...] eu tenho 30 anos que moro aqui nessa região aqui, 30 anos [...], os trilhos, o trem passava e trepidava tudo se essa casa não tivesse sido bem, como se diz assim, feita ela tinha trincado toda né, porque as casas trincava tudo [...], o barulho era demais. Aconteceu um acidente lá em, no Rio, na Central, dois trens se chocaram, então a gente[...] chegava de noite quando o trem passava apitando a gente pensava que era aquele acidente,[...] dava até um grito¹⁵⁷.

Nas lembranças de dona Maria Aparecida, estão presentes a imagem recorrente do perigo, os anseios elaborados na sua vivência diária com os filhos, a dificuldade de dormir, descansar e ter lazer neste lugar. Os relatos de acidentes têm significados muito fortes na experiência vivida por estes moradores que tiveram interesses diretamente ligados com a retirada dos trilhos. Acredito que a narrativa destes acidentes não só ajuda a legitimar¹⁵⁸ o processo, aglutinar outros moradores, como vai além disso, coloca outros valores na pauta de mudanças inscritas naquele tempo. A memória sobre os acidentes construída no momento da entrevista traz os sentidos da participação de muitos moradores nas reuniões, nos atos e momentos em que estiveram pressionando prefeitos, secretários e vereadores. Novamente, dona Maria Aparecida:

¹⁵⁶ Esta última não existe mais, aparece, até agora, em um único relato.

¹⁵⁷ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

¹⁵⁸ Legítimo aqui não como algo fundamentado nas leis oficiais e sim no diálogo constituído com E. P. Thompson que, ao discutir a constituição de uma Economia Moral entre os camponeses na Inglaterra do século XVIII, mostra que suas “queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais [...] supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 150–202.

O marido de uma amiga minha o trem pegou e cortou o pé dele, ficou aleijado até falecer depois, mas ele ainda durou muito tempo, chamava Nivaldo. Então aconteceu, o marido da Maria do Carmo que era vizinha, morreu na frente, pegou ele aqui na linha, aqui nessa direção mesmo [Monsenhor Eduardo nº 1400] e matou, a mulher do Milton, o Milton é falecido também, ela tinha apelido de Santa, morava ali perto da Igreja Bom Jesus, foi atravessar e o trem pegou [...]¹⁵⁹

Não é só o fato das mortes que legitima ou dá sentido à disputa pelo lugar, mas também o modo como dona Maria narra e constrói uma memória destes acontecimentos. A opção por trazer os nomes dá à narrativa um sentimento da experiência vivenciada. As mortes não representam dados, mas tratam de pessoas, na lembrança desta ajuda na composição do que estava em disputa naquele momento.

Os trilhos interessavam somente aos empresários, que ainda utilizavam o seu transporte como meio de acumular mais capital em função do seu preço. Porém para a prefeitura, que vinha construindo seus projetos de acordo com a lógica do mercado, estes interesses eram empecilhos fortes. Por outro lado, os moradores, ao falarem das perdas, das mortes, colocam em pauta outro sentido para aquele trecho, abrindo uma fresta na imagem que vinha sendo construída — a de que para a cidade interessa a indústria e o comércio — e virando o jogo sobre o discurso da democracia participativa.

Outros documentos são importantes para remontarmos estas tensões entre os moradores, empresários e a democracia. Algumas atas da Câmara de Vereadores registraram sobre outra ótica o debate com as empresas que vinham se posicionar frente à possibilidade de serem retiradas deste território:

Adriano Bailoni Júnior em questão de ordem para assunto urgente e pediu que se fizesse um trabalho preventivo em relação às Companhias de Petróleo cujos depósitos de inflamáveis no centro da cidade são um risco sério de incêndio. Contudo, segundo informou um companheiro, tais companhias trabalham com pouco combustível, formando-se, conseqüentemente, um tampão de gás nos depósitos, que por incidente qualquer explodirão. Não há como exigir que tais firmas retirem esses depósitos, mas é preciso trabalhar unido para sensibilizar os que podem decidir isto, a buscar um lugar onde os depósitos não ofereçam tais riscos, à vida e ao patrimônio das pessoas. [...] Amir Cherulli narra ainda ter participado de uma viagem do ex-prefeito Virgílio Galassi a São Paulo e

¹⁵⁹ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

conseguiram a transferência da Estação Férrea para o alto da cidade e aquele leito pertence à prefeitura numa permuta.¹⁶⁰

Adriano Bailoni Júnior comentou o encontro com empresários revendedores de petróleo especialmente vindos à Casa para um entendimento. Os representantes da Esso, da Texaco e da Atlantic trocaram idéias com Bailoni Júnior sobre a retirada dos depósitos do centro da cidade, mostraram-se cheios de boa vontade e, reconhecendo a necessidade da medida, alegaram que o processo é mais longo porque depende de deliberação superior. Argumentaram os líderes do combustível na região que se o prefeito determinar uma área específica para um Terminal de Petróleo fica mais fácil de convencer os escalões superiores das companhias e precipitar a decisão [...]¹⁶¹

O vereador Adriano Bailoni Júnior, então líder do PDS na Câmara, estava no grupo de apoio ao prefeito anterior, Virgílio Galassi, representava empresários e donos de imobiliárias que vinham se beneficiando das reformas executadas na cidade, portanto com nenhuma tradição democrática quando se tratava de projetos vindo da população. O assunto da Avenida Monsenhor Eduardo se transforma em pauta na Câmara, mas na perspectiva da cidade das obras, com o intuito de continuarem se aproveitando da sensibilidade para utilizar o dinheiro público e transformá-lo em capital privado. A sensibilidade dos empresários estava na pressão para que a prefeitura bancasse, com o capital público, a transferência das empresas para o Distrito Industrial.

O documento traz a tensão sobre esta decisão de retirar os trilhos, mas neste registro estão outros interesses, ligados a grupos empresariais que ganhariam com uma ação ou outra. Além do mais, nesse registro, o lugar é significado como centro da cidade, então outra zona de fronteira que fugia ao território dos moradores, portanto sem a necessidade de ouvi-los. Estas empresas poderiam sair, porém pressionavam os vereadores a conseguir terrenos no Distrito Industrial, para aí sim facilitar o convencimento dos “escalões superiores”. Os moradores se lembram do convívio com estes empresários:

Ih! Ali era cheim daqueles trem, aqueles vagão, os vagão de passageiro, vagões de carga, transportava petróleo tudo nos vagão ali, na Sérgio Pacheco. Aí

¹⁶⁰ Ata da terceira sessão da nona reunião ordinária de 1983, realizada em 07 de novembro de 1983. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (destaque nosso).

¹⁶¹ Ata da terceira sessão da décima reunião ordinária de 1983, realizada em 05 de dezembro de 1983. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (destaque nosso)

tiraram de lá, [Estação da Mogiana] não sei quem deu ajuda pra tirá de lá mas ficou do sal famoso pra cá, o sal famoso era ali na esquininha do, onde começa a...

Entrevistador: a Monsenhor Eduardo? Ah, ali no Boca Quente; ali, né. [Boca Quente foi um armazém do Supermercado Alô Brasil, uma espécie de distribuidor, ainda existe ruínas na esquina da Monsenhor Eduardo com a praça Sérgio Pacheco]

Maria de Lourdes Gonçalves: Isso, isso, o Boca Quente, o Boca Quente era Sal Famoso. Aí ficou os trilhos dali [...] pra frente, então o Sal Famoso tava segurando os trilho, por causa que ele precisava dos vagões de carga por causa do sal. Chegava e saía sal, o Sal Famoso. Eles ficaram segurando muito tempo, aí começou a ter muito acidente, tinha criança, tinha adulto aqui que ia atravessa[...]. Tava tendo muito acidente, aí o pessoal tanto aqui do bairro Bom Jesus, como do lado de lá, que era do bairro Aparecida, os morador mais perto aqui da linha começou a tussicá o prefeito que não queria o trilho ali.¹⁶²

Dona Maria de Lourdes fala desse tempo e traz na sua narrativa os sentidos da disputa entre os interesses empresariais e a lógica do poder público representado na sua fala pela figura do prefeito. Esta moradora não participou das reuniões da associação e não constrói esse tempo a partir da idéia de participação em atos públicos ou comissões, como dona Maria Aparecida. O seu nome esteve, no máximo, nos muitos abaixo-assinados feitos pela comissão de moradores e, talvez, por isso, ela não se coloca entre aqueles que começaram a tussicar o prefeito. Sua fala é significativa porque recupera outros sujeitos, moradores do bairro Bom Jesus e do bairro Aparecida, silenciados nos debates da Câmara de Vereadores.

Sua narrativa também permite outras interpretações. Para trazer na sua fala o porquê do convívio com os trilhos, ela volta na Estação Mogiana e, a partir dela, destaca quais eram os grupos que os seguravam neste lugar. As ações estão centradas sempre em outros sujeitos, naqueles que detêm o poder institucional de retirar equipamentos em locais públicos, neste caso a figura do prefeito. Isso não tira o potencial dos outros sujeitos, porque estes, se não fazem, incitam o detentor do poder a agir. Mesmo não se colocando entre os que agiram de forma direta, ela potencializa em sua fala as atitudes dos moradores e, ao mesmo tempo, coloca o nível de desigualdade em que se davam estas disputas.

¹⁶² Maria de Lourdes Gonçalves, agosto de 2004.

Outra moradora, dona Maria Aparecida, freqüentadora das reuniões da comissão de moradores formada para discutir este tema, nos ajuda na construção dessa interpretação sobre os empresários que se utilizavam desses trilhos:

[...] quando foi em 80, mais ou menos, 80 ou 81 que aconteceu aquele acidente. A [...] Atlantic e a Texaco saíram logo, assim que falaram eles logo providenciaram a mudança lá pra cima [Distrito Industrial], agora a Esso aqui demorou mais um pouco, porque eles com o Moinho [...] porque o povo do moinho, os diretor do Moinho Sete Irmãos não queria [...] falaram, ameaçou de retirar [a empresa de Uberlândia] né, mas não havia necessidade porque hoje tem carreta, eles transporta e tudo, aí eles ameaçou de retirar, de mudar de Uberlândia, [...] ficou ameaçando, eles fizeram passeata [...].¹⁶³

Dona Maria Aparecida traz neste trecho as disputas entre estes setores dominantes da cidade, que num primeiro momento dificultaram a extensão das reformas na década de 1970 para a Monsenhor Eduardo. Estes interesses começam a se chocar com outros narrados pela Dona Maria de Lourdes sobre os acidentes que envolviam tanto crianças como adultos. O que era disputa entre empresas e engenheiros da prefeitura passa a ser também dos moradores dos bairros Bom Jesus e Aparecida. Mas agora a disputa não envolve apropriação de dinheiro público e vantagens, mas amplia o debate, colocando interesses diferentes dos discutidos entre os vereadores.

Por isso, torna-se significativo o enredo construído em torno dos acidentes. As empresas, na ótica da cidade-metrópole ou do Parque Industrial, eram ameaças à vida dos moradores, não pela sua existência na cidade, pois alguns trabalhavam nelas, mas pela relação que impunham a eles.

Na guerra pelo território, ou de como constituí-lo, centro e bairro são sentidos de disputas, porque centro traz uma noção de área de capital privado, comércio, região de grandes investimentos no interesse do mercado, sem a preocupação com valores e modos de viver de homens e mulheres. Quando dona Maria Aparecida fala dos acidentes como tradução do que significavam aqueles trilhos, coloca as suas marcas ou experiências como significativas para as mudanças do lugar que escolheram para morar.

¹⁶³ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

O que era promessa de campanha se torna pauta de reivindicações amalgamadas nestas experiências de acidentes. Como a prefeitura se portaria frente a estas reivindicações e à imposição de empresários? Em um processo de transformações nos modos de viver na cidade, desencadeados nas décadas de 60 e 70, baseados na idéia de industrializar a cidade, como se portar frente a moradores que tensionavam essa imagem ao construir um embate com grandes indústrias? Reside, aqui, outro significado dado aos acidentes. Eles traduziam as perspectivas dos grupos que se enfrentavam neste momento. O processo colocava em discussão não a permanência dos trilhos, mas a cidade.

Os moradores desse lugar também são trabalhadores na cidade, lutaram para serem vistos assim em um tempo em que eram taxados de vadios, por isso o nível de disputa não poderia estar na idéia do trabalho, não poderia ser pautado na saída ou não de empresas, mas sim nesta noção de segurança. O senhor Valci começa suas narrativas justamente neste ponto. Ao lhe expor o projeto, os motivos que me levaram até eles, ligados à história deles no bairro, à sua participação na associação de moradores e à convivência com os trilhos, ele traz como marco as histórias dos acidentes:

Valci: Ali na travessia ali da da rua dos Pereira, né bem! Que o Presídio [difícil de ouvir, mas é o nome de um morador conhecido] teve o acidente que o trem pegou ele com o caminhão...

Marli: Num sei, num é do meu tempo.

Valci: a mãe dele tava junto no caminhão, ele num sofreu nada, mas a mãe sofreu, bateu em cima dela e na época ela foi pro hospital e, ela morreu, mas depois ficou comprovado que ela num morreu no acidente imediatamente, eles enterraram ela viva, coitada, depois a terra foi revirada na sepultura e eles foi ver o que era e ela tava deitada de costas no caixão, assim virada, ela sofreu tanto e acabou morrendo asfixiada, ela só desmaiou né na batida do trem, acidente terrível né, aí ela virou né, tava de bruço provou que ela arrebentou o caixão tudo, tentou empurrar mais acabou morrendo, já era velha...

Marli: O que você quer ver é mais a história do bairro né?.

Valci: Mas os trilhos faz parte da história do bairro, tudo faz parte da história do bairro, foi assim. Tem outro detalhe, a companhia da Mogiana era tão severa que tanto no caso do Presídio e acidente, como no caso da mãe dele, que a máquina perdeu tempo porque aí tem que chamar a perícia, tem que fazer tudo, vinha conta da FEPASA pra pagá, ce vê que absurdo.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005. (destaque nosso)

Quais histórias contar? Como selecionar as memórias em torno de suas trajetórias que importam para refletir sobre as mudanças em seu lugar de moradia? As histórias do bairro dependem dos tempos do entrevistado. O senhor Valci começa com uma (entre muitas que estes moradores sabem contar) história de acidente, dramática e de uma relação de poder desigual com a empresa proprietária da máquina que, na ótica de mercado em que estava colocada, se achava no direito de cobrar os custos. O senhor Valci tem marcado no seu enredo uma experiência difícil, com acidentes que envolvem trabalhadores, tanto que ele perdera o seu pai assim, morto em um acidente de trabalho.

Refleti por muito tempo sobre estas histórias e sobre o que o senhor Valci estava me dizendo quando falava do “Presídio”, de como sua mãe morrera e dos absurdos que envolviam esses casos que vivenciara. Como partir destas memórias e contar outras histórias refletindo o social? Parece-me que o senhor Valci fala de uma luta desigual, na ótica que colocamos acima, do direito de se ter direitos.

O que é extremamente significativo são as teias de poder que cercavam as relações entre trabalhadores e empresas e o que os acidentes representam para estes trabalhadores, além da noção de legitimidade pelas suas reivindicações, o forte sentido de negação destas relações de trabalho. Isto nos ajuda a reafirmar: não era o trabalho que eles questionavam e nem a existência das empresas, mas sim a forma como trabalhavam e em que condições, a maneira como se dava, naquele momento, a convivência com estas empresas e qual o preço da cidade-metrópole.

Por não ser do “seu tempo”, dona Marli fala da história do bairro a partir de outros referenciais. Esta história tem, para ela, muita proximidade com sua experiência nas reuniões da associação¹⁶⁵, das quais fora a freqüentadora mais assídua. Esta associação fora criada no ano de 1984, portanto dois anos após a eleição de Zaire Rezende e, provavelmente, como uma das possíveis estratégias para se colocarem em execução os projetos que vinham sendo desenhados para o território onde viviam.

O seu tempo então é outro, é o tempo em que se reuniam no salão paroquial da Igreja Bom Jesus para pensarem estratégias que possibilitassem, enfim, ver estes trilhos

¹⁶⁵ É muito significativa a forma como estas reuniões foram ganhando outras dimensões, incorporando outros sujeitos e constituindo outras redes. São exemplos dessas redes de comunicações as palestras de alguns professores da Universidade Federal de Uberlândia, com discussões sobre Diretas Já e Constituinte.

retirados, o que significa para muitos a chance de se colocar frente à dura realidade de conviver com a possibilidade de se acidentarem. O tempo aqui tem uma conotação muito interessante, porque se refere ao vivenciado e, mais do que isso, como Portelli¹⁶⁶ nos ajuda a pensar, este tempo organiza-se a partir da imagem que os narradores tentam projetar. Dona Marli traz outro enredo. Ao narrar sua história, ela avalia este processo vivido dentro da sua consciência a partir de uma referência construída na sua vivência na associação, nos atos públicos e nas passeatas. Assim, ela projeta uma noção de política que, de certa forma, foi derrotada neste momento¹⁶⁷.

É esse o sentido de trabalharmos com muitas histórias na tentativa de construir um trabalho que incorpore toda experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais¹⁶⁸. Ambos falam de experiências compartilhadas neste lugar, falam a partir das suas dificuldades, porém experimentam estas relações a partir de referenciais diferentes. Para o senhor Valci, os trilhos fazem parte do bairro e os acidentes são suporte de uma memória que traduz o modo como viveu, juntamente com outros trabalhadores, relações desiguais com empresários na cidade. Ele coloca também as desigualdades vividas no momento em que vivenciam determinados embates com as empresas e o modo como eram tratados nestas tensões.

Ambos têm a temática dos trilhos como suporte de suas memórias, mas falam de lugares diferentes no mesmo território. Para o senhor Valci, os acidentes não legitimam sua participação na associação e sim as relações de trabalho.

Ainda tratando dos acidentes, mas retomando os fatos com outras histórias, trazemos um trecho da entrevista de dona Maria de Lourdes:

¹⁶⁶ A contribuição de Alessandro Portelli é fundamental para entendermos a construção dos tempos na narrativa dos sujeitos e que, mesmo com nossos enredos, nossos questionamentos, os narrados “reintroduzem o tempo e os eventos que lhes interessam”. PORTELLI, Alessandro. “O momento de minha vida”: Funções do tempo na história oral. In.: FENELON, Déa Ribeiro, et. al (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olhos d’água, 2004 p. 300.

¹⁶⁷ Vamos, ao longo deste texto, narrando a construção desse processo a partir dos relatos dos moradores do bairro e expondo os seus projetos construídos, além das estratégias utilizadas pela prefeitura para implantar seus próprios projetos.

¹⁶⁸ KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olhos d’água, 2004. p. 118.

A preocupação com criança e mesmo com gente adulto, morreu gente adulto ali demais, morria espedaçado. Uma vez ia passando uma senhora segurando a mão da netinha, a menina viu o trem de longe, acho que a vó não escutou direito, a menina puxou a mão dela pra trás: “vó, vó, o trem”, e ela largou a mão da menina e passou o trem ó... Pegou e a menina vendo, a menina ficou traumatizada porque ela chamou “vó, vó” e ela soltou a mão da menina pra passá, quando ela passou o trem dibulhou ela.¹⁶⁹

Essa maneira de trazer as histórias sobre os acidentes despertou de forma significativa minha atenção. Dona Maria de Lourdes é uma boa contadora de história, não de contos de ficção, mas de sua própria história, pela maneira peculiar com a qual constrói os diálogos, na maioria das vezes com essa carga dramática. Neste trecho, o mesmo enredo e alguns termos fortes que trazem a dimensão das tensões que vivenciaram neste processo — mortes violentas, crianças traumatizadas — compõem o enredo das disputas iniciadas no início dos anos 1980 e destas mortes trazidas numa interpretação que simboliza os projetos em disputa neste momento.

A expansão urbana, a localização, o preço dos terrenos, dos aluguéis, tudo isso levou estes moradores a dividirem o mesmo território com empresas e os trilhos da ferrovia. Esta convivência ficou insustentável, do ponto de vista deles. As disputas começaram a ganhar corpo no início da década de 1980. A campanha e a eleição do prefeito Zaire Rezende em 1982 abriram uma fresta por onde os moradores começaram a atuar. Os enredos sobre os acidentes seriam mais do que legítimos para exigirem que, numa relação democrática, fosse materializado um direito deles: viver com mais tranquilidade no lugar que escolheram para morar.

Com esse intuito, criaram suas próprias instituições. Primeiro, uma comissão e, depois, a associação de moradores. Nestas trincheiras abertas à comissão de moradores, tomavam suas iniciativas e, ao mesmo tempo em que negociavam a retirada dos trilhos, registravam uma memória destas discussões. Não estou buscando as histórias dessas instituições e sim refletindo sobre as tensões postas nesse processo e sobre a forma como os sujeitos envolvidos refletem e trazem suas histórias. É por isso que buscamos um diálogo com muitas memórias que não guardam as mesmas marcas sobre este tempo. Nem todos os moradores participaram destas comissões, o senhor José dos

¹⁶⁹ Maria de Lourdes, agosto de 2004. (destaque nosso)

Santos, por exemplo, traz outros referenciais de memória quando lhe pergunto sobre a retirada dos trilhos:

Tinha reunião, mas eu não participei não, não participei de nenhuma reunião dessas, mas eu lembro que eles faziam muita reunião aqui na Igreja, só que toda vida eu sempre gostei muito de tocá minhas violinhas, com minhas músicas, então eu não ia nessas coisas de reuniões, mais eu lembro, eu lembro de tudo, mas não participava das reuniões não.¹⁷⁰

Separada e fora de um enredo, esta atitude poderia ser vista com muita facilidade como algo puramente conservador ou alienado. É na leitura deste enredo e pensando a memória como algo vivo e produzido a partir das relações vivenciadas no presente que este trecho ganha força para o trabalho. Como foi dito no primeiro capítulo, o sentimento de pertença construído no enredo da entrevista deste sujeito está ligado à noção de reconhecimento. É este enredo que marca e traz outra interpretação da convivência com os trilhos. Os problemas urbanos refletidos pelo senhor José dos Santos não estão ligados ao isolamento do bairro.

É por isso que temos afirmado que a imagem sobre a cidade não advém de suas características físicas, de sua paisagem natural, e sim das relações sociais vivenciadas¹⁷¹. Os trilhos da avenida Monsenhor Eduardo são trazidos nas memórias do senhor José dos Santos, impregnadas por esta experiência de hoje possuir um comércio próprio, de ser conhecido em outros lugares além das fronteiras do seu bairro, de ser uma das referências do Bom Jesus, enfim, de sair da condição de segregado pelo espaço em que mora.

Estas reuniões, das quais fala o senhor José dos Santos, eram organizadas pelos membros da comissão juntamente com os empresários. Os membros da associação registraram estes embates com o empresariado por meio de atas das reuniões, fotografias e panfletos que nos dão uma dimensão do que significou a retirada dos

¹⁷⁰ José dos Santos, março de 2005.

¹⁷¹ FENELON, Déa Ribeiro (org.). Introdução. In: Cidades. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História – PUC/SP. São Paulo: Olhos d'água, 1999.

trilhos e a reconstrução da avenida Monsenhor Eduardo. Em uma destas reuniões, temos o seguinte registro:

... Reuniu-se no Salão Paroquial da Igreja Bom Jesus, o sr. prefeito Zaire Rezende, os representantes das Empresas Moinho de Trigo, Dr. Osmar Carrijo, o representante da FEPASA, supervisor regional, Dr. Enio Bruno de Freitas. A reunião foi aberta por Elci, morador do B. B. Jesus [...] passando a palavra para o sr. prefeito, este fez lembrar a reunião anterior, realizada no dia 18-05-85, neste Bairro, justificando a atual reunião: discutir a problemática “Retirada dos Trilhos de ferro do Centro do Bairro” [...].¹⁷²

Temos, neste documento, um exercício interessante de construção de uma memória sobre este território. Neste diálogo, interpretado na ata pela secretária Izildinha Amaral e aprovado pelos membros da associação, percebe-se um olhar sobre o que estava sendo disputado naquele momento. Este encontro foi marcado em função da resistência do Moinho de Trigo Sete Irmãos em abrir mão do transporte ferroviário. As empresas de refinados de combustível já haviam concordado e estipulado prazos para o seu deslocamento para o Distrito Industrial da cidade. O moinho significava, então, a última resistência deste grupo de empresários.

Alguns registros são muito significativos neste documento. Primeiro a forma como a secretária vai nomeando os representantes dos poderes instituídos, os empresários e, do outro lado, os moradores que se colocam como condutores da reunião. Outra interpretação interessante colocada no documento está na nomeação do lugar onde moram como centro da cidade. Este termo representa neste processo uma apropriação por parte dos moradores da própria lógica construída pela noção de cidade-mercado¹⁷³, mas usada como forma de pressionar os outros sujeitos presentes na reunião. O documento continua:

A palavra foi passada para o Dr. Osmar Carrijo, que fez um histórico sobre a importância do trigo para a população, o Moinho como Patrimônio da cidade,

¹⁷² Ata da Associação de Moradores do bairro Bom Jesus. 28 de novembro de 1985. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁷³ Termo cunhado nas reflexões de CALVO, 2001.

[...], gastos, preços, relembrou as doações feitas pela empresa, as doações feitas, digo, para vários benefícios em Uberlândia. A palavra foi passada para o Dr. Enio que expôs sobre a luta para a retirada das Empresas de Petróleo, reunindo-as num lugar único, tanto que as Empresas localizadas no centro do Bairro serão retiradas dia 11 de fevereiro de 1986. Após o seu histórico, a palavra voltou para a comunidade, para que os questionamentos fossem feitos. A primeira se referiu as doações aclamadas pelo Moinho de Trigo versus a retirada dos trilhos do centro do bairro. O padre João José falou do respeito que nós moradores merecemos e portanto considerar nossa reivindicação “O que queremos não é ficar sem pão mas sem trilhos no bairro. Foi ressaltado pelos moradores a tentativa de convencer aos mesmos pelos representantes da mesa, lembrando que o sr. Osmar, representante do Moinho deveria estar do nosso lado, lado dos oprimidos e não querendo beneficiar ao capital em detrimento do interesse humano, do ser humano”.[...] ¹⁷⁴

A construção dos sujeitos a partir da interpretação da reunião por parte da secretária é muito rica nos rumos que os debates foram tomando. É interessante perceber como a moradora nomeia os interlocutores do debate, os empresários e representantes do poder público como doutores e, no final, trata os moradores como pessoas simples. Isto coloca em pauta outras diferenças que marcavam o encontro. Neste registro, há uma disputa pelo direito de falar e intervir na cidade. Estes moradores estão se colocando contra estes poderes instituídos, apropriando-se do que foi divulgado como democracia e participação e transformando o que foi discurso de campanha em suas armas. Dão a seus interlocutores o “título” de doutores, mas dizendo-lhes que as pessoas simples estavam do lado do “ser humano”, por isso em uma luta legítima. Por fim:

As discussões giram em torno da viabilidade e a importância da retirada dos trilhos, sobre os projetos de construção de vias públicas e área de lazer. Outro ponto importante foi os problemas acarretados pela presença dos trilhos, encanamento, digo, distribuição de água, travessia das ruas, barulho, rachadura nas casas, etc. Estiveram presentes em nossa reunião várias autoridades membros da FEPASA. Renato Pares Khalil (div. Transportes), sr. José Luiz Castrovieso (div. Comercial), Oníro Reis Barbosa (div. Técnica) Vanderlei Luiz Farlo (div. transportes), srs. Lopes, José Maria da Secretaria Municipal d Ação Social, representantes da S. M. Educação, Escolas Estaduais. A proposta colocada pela FEPASA sobe a “amenização do tráfego do trem aqui no Bairro, já que a Atlantic está fechando as suas portas aqui no centro”. A comunidade fecha questão, ou seja, se posiciona no sentido do que se quer é

¹⁷⁴ Ata da Associação de Moradores do bairro Bom Jesus. 28 de novembro de 1985. Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia.

a retirada dos trilhos, quando o prefeito propõe que sejam discutidas os encaminhamentos e estudos pelas Empresas interessadas no sentido de uma próxima retirada dos trilhos. Foi chamada a atenção da mesa para a simplicidade dos participantes, porém estão seguros do que quer e conscientes do direito de lutar pelas suas reivindicações..¹⁷⁵

O sentido dado ao lugar também aparece com significados diferentes no registro, em alguns momentos é considerado centro e, em outros, bairro. Esta dualidade expõe, por outro viés, os muitos significados em torno desta reunião. Para os moradores, falar do bairro significava falar do lugar de moradia, o que legitimava sua presença ali, junto com o prefeito e disputando com empresários. Para o prefeito e os representantes da empresa, tratar o lugar como centro da cidade tinha o sentido de retirar a legitimidade conquistada. Nesta concepção, este seria um lugar onde estes sujeitos não teriam voz por ser um local apropriado para o comércio, típico das relações do mercado que estava sendo contraposto pelos moradores como “detrimento ao humano”.

A empresa se fixa na imagem construída da cidade industrializada. Nesta perspectiva, ela se tornaria mais importante do que a comissão de moradores. É por essa estratégia que afirmamos que o que está posto na mesa de discussões não é simplesmente retirar ou não os trilhos, mas sim o sentido de cidade e de democracia entre os diversos grupos ali representados. A empresa buscava se legitimar na própria imagem construída para Uberlândia como cidade-metrópole ou pólo de industrialização, imagem que já vinha sendo construída nas duas décadas anteriores.

A fala do Padre João José põe na mesa de discussões uma concepção de movimentos sociais e organização que vinha da igreja, baseada na Teologia da Libertação, centrada nos papéis sociais de trabalhadores versus empresários, dos oprimidos versus o capital. Esta forma de pensar a participação e os papéis sociais dos trabalhadores foi um dos fortes elementos de formação de alguns participantes desse processo.

Essa fala é muito relevante para pensarmos estas experiências nas avaliações que os moradores fazem hoje desse processo. Dona Maria Aparecida participou destas reuniões e interpreta esse tempo:

¹⁷⁵ Ibidem.

Naquele tempo com os padre, então os padre deu muito apoio também, os padre participou muito, eles é bem assim..., eles achavam graça porque o padre Pedro que foi vigário aí, ele dizia que os sindicatos daqui trabalhavam é com alimentação, cuida da saúde, não sei o que, sindicato não é pra isso não, sindicato é para reivindicar, vocês fazem errado, porque eles veio da Irlanda né, Irlanda é um país lá que vive de briga! Até hoje. Eu achava interessante “até o sindicato aqui é diferente né, num trabalhava com reivindicar” e eles queria que reivindicasse os direito.¹⁷⁶

Esta concepção pautada pela luta de classes e que seria definida na estrutura de trabalho ficou muito marcada na experiência de dona Maria Aparecida na concepção daqueles que gostavam de “brigar”, que em alguns momentos não estavam em consonância com os seus pares. Na sua fala, está colocado um debate em torno do papel de sindicatos e associações, entre serem assistencialistas ou de cunho reivindicativo, debate que deve ter vivenciado muito de perto nas reuniões das quais participou.

Esse momento expressa para muitos um tempo em que participar era reivindicar direitos. Isso não quer dizer que não estejam fazendo isso neste momento, o que é importante nesta reflexão é a experiência que trazem deste tempo. Pode ser que para muitos destes seja uma experiência de derrota, não só no resultado que vêem hoje, mas também naquilo que buscavam com a idéia de organizar para reivindicar. Algo muito relevante nesta experiência foi o contato que busquei com o ex-padre João José. Quando liguei e disse que pesquisava sobre este tempo, ele não quis gravar entrevista e alegou não ter participado do processo.

Como documento da associação, a ata define bem os lados e possibilita a este grupo não só expor suas concepções para o lugar em que viviam, mas também registrar a sua memória do processo vivido. Nesse registro, são colocadas visões de cidade em contraposição a uma que vinha sendo construída há pelo menos duas décadas.

Ainda neste documento, destaco a forma como eles se colocam como sujeitos que não possuem os meios diretos, o poder da intervenção, de retirar. Lembrando da interpretação de dona Maria de Lourdes, é preciso pressionar os que detêm o poder para

¹⁷⁶ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

isso. O significado em torno da simplicidade é construído não pautado na ingenuidade, mas na forma de agir daqueles que não possuíam o conhecimento técnico-científico ou o poder institucionalizado e, por isso, cabia-lhes o papel de agentes na pressão àqueles autorizados a promover as mudanças.

Os velhos trilhos que foram aclamados como representantes do progresso em outro momento estavam sendo ressignificados com novos sentidos pelos moradores. No final da década de 1970, a Estação da Mogiana foi derrubada como símbolo do atraso e agora esta comissão de moradores confecciona um documento contando outra história:

Em 1932 a estrada de ferro começou a passar nos bairros, hoje chamados Bom Jesus, Brasil, Operário e Marta Helena, na época pouco habitados. Mais tarde chegaram os depósitos de combustível da Texaco, Atlantic, Esso e Shell. Posteriormente a Petrobrás e Ipiranga instalaram-se no Marta Helena. A cidade cresceu, estes bairros foram habitados. A Estação Mogiana (FEPASA) foi retirada e os trilhos permaneceram, ameaçando nossas vidas. Os distritos industriais foram criados para evitar que as indústrias fossem criadas em áreas residenciais. Todas essas empresas devem, a exemplo da Shell, se transferir para o Distrito Industrial e pôr fim de uma vez por todas nesta insistência em continuar instaladas nas áreas residenciais, contrariando a lei e a população e pondo em risco a vida dos moradores.¹⁷⁷

O panfleto foi produzido pelo Conselho Municipal de Entidades Comunitárias e traz outros sentidos para a existência da estrada de ferro em Uberlândia:

¹⁷⁷ Alerta à População, setembro de 1985. Coleção Associação de moradores do bairro Bom Jesus. Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia.

CARTA ABERTA À APOPULAÇÃO - DISTRIBUÍDAS EM TODA A CIDADE

ALERTA À POPULAÇÃO

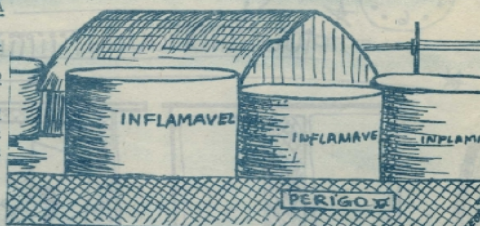
CONSELHO MUNICIPAL DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS

Introdução: - Em 1932 a estrada de ferro começou a passar nos bairros, hoje chamados Bom Jesus, Brasil, Operário e Marta Helena, na época pouco habitados. Mais tarde chegaram os depósitos de combustíveis da Texaco, Atlantic, Esso e Shell.

Posteriormente a Petrobrás e Ipiranga instalaram-se no Marta Helena. A cidade cresceu, estes bairros foram habitados.

A Estação Mogiana (FEPASA) foi retirada e os trilhos permanecem, ameaçando nossas vidas. Os distritos industriais foram criados para evitar que as indústrias fossem instaladas em áreas residenciais.

Todas estas empresas devem a exemplo da Shell, se transferirem para o Distrito Industrial e por fim de uma vez por todas nesta insistência em continuar instaladas nas áreas residenciais, contrariando a lei e a população e pondo em risco a vida dos moradores.



ALI ESTÃO INSTALADAS:
PETROBRAS - IPIRANGA - SHELL - TEXACO
ATLANTIC E ESSO

VOCÊ SABIA?

.Que dezenas de pessoas já morreram vítimas de acidentes nos trilhos da FEPASA?

.Que próximo aos depósitos existem 5 escolas e 3 igrejas?

.Que quase todas as casas têm as paredes rachadas pelas vibrações dos trens?

.Que o barulho provocado pelos trens é intenso, inclusive durante a madrugada desrespeitando a lei do silêncio após às 22:00 horas?

.Que os trilhos que servem aos terminais cortam ruas importantes que dão acesso a vários bairros?

.Que o trânsito local é dificultado pelas manobras dos trens?

.Que a todo instante nossos filhos correm perigo de vida pelo trânsito dos trens?

.Que a urbanização da Avenida...



AS ESCOLAS, AS RESIDÊNCIAS
CORREM UM GRANDE

PERIGO



Figura 1. Panfleto “Alerta à população”. Coleção Associação de moradores do bairro Bom Jesus. Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia.

O documento busca construir e difundir outra memória, organizando os tempos da Mogiana e da Fepasa que se mesclam na interpretação conduzida pela convivência com os moradores. Destaca-se a forma como ele é construído em uma concepção de mobilização que permeava grupos de militantes vindos em grande maioria das eclesiais da Igreja, sindicatos e militantes de outras instituições¹⁷⁸. Os desenhos e as suas frases centrais apontam para um entendimento destes grupos do que seria a melhor estratégia

¹⁷⁸ O primeiro presidente do Conselho de Entidades Comunitárias foi um professor da Universidade Federal de Uberlândia, Ivan Miguel Costa.

de intervenção. Ainda nos desenhos representações do que seriam os trilhos para os moradores, insegurança, barulho que atrapalha o descanso e o risco de acidentes com os terminais, nesse sentido o panfleto não só divulga e chama para o ato público como constrói outra memória para este processo.

O panfleto registra também como estes sujeitos aproveitaram a fresta aberta e alargaram fissuras na política institucional da cidade. Na leitura dos produtores do documento, o Distrito Industrial aparece como o lócus privilegiado das empresas. Nesse sentido, apropriam-se dos termos criados e divulgados nas versões hegemônicas de cidade-metrópole para construir outros significados para o território disputado. O confronto ficara colocado em torno do que era sentido humano, portanto o interesse dos moradores e o das empresas, no documento, ficam como foras da lei. Dessa forma, apropriam-se do projeto hegemônico e dos seus marcos para dar o sentido pretendido ao lugar onde moram. O panfleto continua:

Você Sabia?

- Que dezenas de pessoas já morreram vítimas de acidentes nos trilhos da FEPASA?
- Que próximos aos depósitos existem 5 escolas e 3 igrejas?
- Que quase todas as casas têm as paredes rachadas pelas vibrações dos trens?
- Que o barulho provocado pelos trens é intenso, inclusive durante a madrugada desrespeitando a lei do silêncio após as 22:00?
- Que os trilhos que servem aos terminais cortam ruas importantes que dão acesso a vários bairros?
- Que o trânsito local é dificultado pelas manobras dos trens?
- Que a todo instante nossos filhos correm perigo de vida pelo trânsito dos trens?
- Que a urbanização da Avenida Monsenhor Eduardo só poderá ser feita após a retirada dos trilhos.

Agora todas as Associações de Bairro, Sindicatos, entidades de classe, através do Conselho Municipal de Entidades Comunitárias resolveram levar esta luta até a vitória final. Esta só poderia ser possível com a participação de toda população, suas entidades e os políticos comprometidos com a nossa segurança.

Estas empresas são multinacionais que se preocupam unicamente com os seus lucros, exploram as nossas riquezas, nosso trabalho, nos empobrecem e ameaçam nossas vidas. Dizem que não há perigo, que a segurança é total. Mas em Cubatão diziam o mesmo, e, no entanto, o acidente aconteceu de dezenas de pessoas inocentes assassinadas¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Alerta à População, setembro de 1985. Coleção Associação de moradores do bairro Bom Jesus. Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia.